

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNO COM AUTISMO

ANDREIA BRANDÃO COSTA ¹

**BOA VISTA, RR
ABRIL, 2021**

RESUMO

¹ Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia na FACETEN de Roraima. e-mail: xxxxxxxxxxxx@gmail.com

Tendo em vista as necessidades especiais dos alunos com essa condição, o tema autismo aparece de particular importância na literatura atual. Portanto, é necessário estabelecer uma relação de cooperação com os educadores escolares para determinar as reais necessidades educacionais para promover a aprendizagem desses alunos. Este estudo tem como objetivo investigar as crenças de dois educadores de escolas de ensino sobre alunos com autismo integrados ao sistema de educação inclusiva. Os principais resultados da aplicação da análise de conteúdo são discutidos e o significado do papel do educador para crianças com autismo é analisado e inferido. Comparado com as crenças dos educadores, existe uma lacuna entre a realidade dos alunos. A crença dos educadores não compreende alguns aspectos básicos da síndrome do autismo, por isso é necessário redefinir os métodos de ensino no contexto da educação inclusiva.

Palavras-chave: Autismo. Ensino. Educação inclusiva.

ABSTRACT

In view of the special needs of students with this condition, the theme of autism appears of particular importance in the current literature. Therefore, it is necessary to establish a cooperative relationship with school educators to determine the real educational needs to promote the learning of these students. This study aims to investigate the beliefs of two educators from teaching schools about students with autism integrated into the inclusive education system. The main results of the application of content analysis are discussed and the significance of the role of the educator for children with autism is analyzed and inferred. Compared to the educators' beliefs, there is a gap between the students' reality. The educators' belief does not understand some basic aspects of the autism syndrome, so it is necessary to redefine teaching methods in the context of inclusive education.

Keywords: Autism. Teaching. Inclusive education.

1. INTRODUÇÃO

O autismo é classificado como um transtorno global do desenvolvimento, caracterizando-se pelo desenvolvimento atípico da interação social, da comunicação e da presença de um repertório marcadamente restrito de interesses e atividades (DSM IV-TR-APA, 2002). Considerando que a interação social entre pares e entre alunos e educadores é a base fundamental para que ocorram trocas de experiências no ambiente escolar comum (Camargo & Bosa, 2009), é importante detectar precocemente a presença de dificuldades na interação social de crianças autistas. Tal necessidade requer uma maior mobilização dos educadores no sentido de aprimorar a aplicabilidade das atividades propostas, já que, na prática, não existe

uma estratégia adequada para a implementação de métodos e planejamentos coerentes com esse tipo de trabalho (Silveira & Neves, 2006).

O autismo se tornou o foco da pesquisa hoje porque é Transtornos do desenvolvimento que ocorrem em indivíduos ao longo de suas vidas. Seus sintomas Relacionado à comunicação observável, interação social e comportamento

Os pais, a escola e todos são difíceis Interaja com alunos com autismo porque muitas vezes se torna agressivo, Hábitos repetidos, nem mesmo reconhecendo seu nome, e outros sintomas. isso é necessário adotar métodos adequados e eficazes para que os alunos possam desenvolver-se na escola e na vida social. Portanto, a característica de escolher este tema é habilitar o novo Conhecimento e informação sobre autismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUAÇÃO DO AUTISMO E SEU SURGIMENTO

De acordo com Marinho e Merkle (2009) a definição do Autismo teve início na primeira descrição dada por Leo Kanner, em 1943, no artigo intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo (*Autistic disturbances of disturbances of affective contact*), na revista *Nervous Children*, n. 2, p. 217-250. Marinho e Merkle (2009, p. 6.086) relatam:

Kanner (1943) ressalta que o sintoma fundamental, “o isolamento autístico”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de “autistas”.

Hans Asperger (1944) ampliou as descrições e características antes realizadas por Kanner (1943), incluindo casos de comprometimento orgânico. Bosa (2002, p. 25) explica que Asperger salientou, porém:

A questão da dificuldade das crianças que observava em fixar o olhar durante situações sociais, mas também fez ressalvas quanto a presença de olhar periférico breve; chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos – carentes de significados e caracterizados por estereotípias – e da fala, a qual podia apresentar-se sem problemas de gramática e com vocabulário variado, porém monótona.

Bosa (2002, p. 25) descreve que Asperger “não salientou tanto o extremo retraimento social, tal qual Kanner fizera, mas a forma ingênua e inapropriada de aproximar-se das pessoas. Notou ainda, a dificuldade dos pais em constatar comprometimentos nos três primeiros anos da vida da criança”. Embora a síndrome descrita por Asperger (1944) fosse diferente a de Kanner (1943), havia semelhança em alguns aspectos como, dificuldades no “relacionamento interpessoal e na comunicação”.

De acordo com Silva (2012), até 1934 as discussões sobre o autismo eram escassas, especialmente ao se tratar sobre patologias psiquiátricas infantil. A situação foi revertida com o estudo do pesquisador psiquiatra austríaco Dr. Leo Kanner nos Estados Unidos o qual diagnosticou o primeiro caso de autismo. O doutor produziu um artigo intitulado Distúrbios Autísticos do Contato, o qual apresenta 11 casos de crianças que manifestam comportamentos do tipo: isolamento social desde o início da vida; apego à rotina; preferência por objetos inanimados do que se relacionarem com outras pessoas, repetições de palavras ou frases por longo período, ouvidas em algum local ou em um programa de televisão.

Fique atento ao Decreto 6.094 / 2007, que define e delimita o trabalho A realidade que conduz à tolerância e ao desenvolvimento das crianças Pode mostrar as habilidades institucionais, emocionais e expressivas de alunos autistas Realidade longe do fato de que promove a realidade determinada por lei Educação para alunos com autismo.

Portanto, é necessário descobrir Os professores são considerados capazes de se adaptar a esta necessidade e educá-los, as pessoas pensam que são diferentes dos padrões estabelecidos pelos interesses da hegemonia atual, sempre foram excluídos, marginalizados e excluídos da participação ativa na sociedade. Portanto, sua inserção nas escolas há muitos anos é caracterizada pela falta de recursos e adaptabilidade. Portanto, ao apresentar a breve história da pessoa com deficiência, e refletir sobre alguns marcos legais, a inclusividade dessa escola pública vai sendo percebida gradativamente.

2.2 ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO INCLUSIVO

Vale abordar que a lei 12.764, de 2012, considera a pessoa dentro do espectro autista como deficiente, descrito em seu parágrafo segundo. Portanto, será utilizado esse termo para referir-se a essas pessoas. Dessa forma, nota-se avanços

legais voltados para os indivíduos dentro do TEA, que de forma abrangente têm seus direitos descritos na Constituição Federal de 1988. Ela pela primeira vez, estabeleceu em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e seus princípios reforçam “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art.206, inciso I). Assim, vale enaltecer que com esses preceitos dentro da lei, já bastaria para compreender que todos os indivíduos têm o direito de passar por um processo de escolarização, sem exclusão ou segregação por suas características. Todavia, percebe-se argumentos que casos mais severos de autismo, necessitam estar em escolas especiais e não no ensino regular. Mas a educação é para todos, portanto, a Constituição ainda reforça em seu artigo 208 que é garantido “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” Logo, todos podem ser matriculados em escolas regulares, não havendo sua segregação e com disposição de apoio necessário, visto que eles têm o direito ao AEE - Atendimento Educacional Especializado, com profissionais qualificados para realizar tal função, em que no contraturno do discente, irão trabalhar as habilidades que estão em defasagem. (MANTOAN, 2015).

Outro aspecto a ser abordado é referente a promulgação da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, em vigência, que estabelece definições em relação a educação especial, modalidade criada para atender o público deficiente e em seu capítulo V, artigo 58 dispõe:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, Art. 58).

Outro marco legal, no viés inclusivo, é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), decreto 6094/2007, que reafirma o direito de pessoas com deficiência estarem dentro do ensino regular. Além disso, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva define que:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.21).

Assim, o que é abordado refere-se a quebra de paradigmas e como afirma Mantoan (2015) a velha perspectiva de educação especial segregacionista, aos poucos vai se alterando para educação especial inclusiva. Dessa maneira, a educação especial vem de forma transversal e precisa estar incorporada ao Projeto Político Pedagógico da escola, além do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como prevê a Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) que estabelece:

A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar.

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

§ 2º Os sistemas e as escolas devem criar condições para que o professor da classe comum possa explorar as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE deve identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar e orientar sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes.

§ 3º Na organização desta modalidade, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais:

I – O pleno acesso e a efetiva participação dos estudantes no ensino regular;

II – A oferta do atendimento educacional especializado;

III – a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas;

IV – A participação da comunidade escolar;

V – A acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes;

VI – A articulação das políticas públicas intersetoriais. (BRASIL, 2013, p.72).

Um aspecto a ser abordado é que apesar de várias legislações voltadas para a inclusão escolar, há algumas instituições, em especial as privadas, que insistem em recusar a matrícula de alunos com autismo. Contudo, a Lei 12.764/2012, instaura em seu artigo sétimo “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro

tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.” (BRASIL, 2012).

Entendendo a real perspectiva inclusiva, que valoriza a diversidade e convívio dos típicos com atípicos, nota-se que é a mais ideal para o desenvolvimento das pessoas. Assim, vale aludir mais um marco, que é o Plano Nacional da Educação (PNE) que estabelece como meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL,2014).

Para reforçar mais o processo inclusivo, em 2015, foi criada a lei 13.146, conhecida com LBI- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e em seu art. 28 preconiza como responsabilidade: “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. ”

Um outro desafio é o currículo escolar, podendo citar que com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, ela estabelece habilidades e competências a ser adquiridas pelos estudantes. Todavia, como desenvolver essas habilidades em um aluno dentro do espectro? É necessário a criação de um currículo funcional “para a vida prática compreende tarefas que podem ser executadas em perfeita sintonia entre escola e a família, alcançando etapas previamente estabelecidas.” (CUNHA,2009, p.59).

3 O PROCEDIMENTO DO PROFESSOR COM O ALUNO AUTISTA

A fim de ajudar os professores a completar as tarefas educacionais dos alunos autistas, para que eles possam desenvolver corretamente as habilidades cognitivas e sociais, existem várias formas de ensino estruturado destinadas a orientar os professores em vários graus para responder às necessidades dos pacientes autistas e doenças presentes.

Para Silva (2012, p. 109): Para crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente.

Freqüentemente, são deficientes mentais e, como resultado, não conseguem acompanhar as necessidades de ensino como as outras crianças. Essas crianças precisarão de apoio educacional especializado e personalizado. Nesse sentido, é imprescindível que os professores estejam preparados para lidar com alunos com autismo, pois o profissional é um dos principais responsáveis por cultivar os saberes, valores e normas sociais do aluno.

Mormente, considera-se que um dos objetivos da escola, de modo especial nos primeiros anos da vivência escolar, é promover a socialização dos alunos, observando o primeiro momento em que as elas começam a se socializarem de modo direto com outras pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar. Ligado a esse ponto, a escola torna-se espaço vital para alunos autistas, já que elas têm problemas de socialização. Desse modo a escola pode estar ajudando, fazendo com que a criança estabeleça contato social.

Assim concorda Silva (2012) ao afirmar que: A vida escolar é especial e todos têm o direito de vivenciar essa experiência. Afinal, é na instituição de ensino que se aprende a conviver em grupo, a se socializar, trabalhar em equipe, conviver com as diferenças: são os primeiros passos rumo à vida adulta (p.74).

Estima-se que a escola é primordial para todos os alunos, pois é nela que se aprende a viver em sociedade e todos os discentes devem ter acesso para que se aprenda a conviver com o diferente, tornando imperioso a participação de alunos autista em ambientes onde os demais convivem.

Cada profissional deve se conscientizar de sua participação em contextos educacionais inclusivos e a troca de experiência vem sendo um quadro bastante revelador diante os enfrentamentos da prática diária. É primordial que o professor do Atendimento Educacional Especializado realize um trabalho em parceria com o professor do ensino regular, conforme afirmam Salomão e Souza (2014).

Encontrar meios e estratégias para trabalhar com alunos com autismo depende de Grande parte do comprometimento, sensibilidade e disponibilidade dos professores para mantê-los informados Notícias sobre a área. Os professores

devem estudar estratégias de ensino ao planejar. Desta forma, você pode se adaptar ao conteúdo, escolher recursos de ensino e métodos de ensino para Use-o de uma forma que conduza à aprendizagem de todos os alunos. Um Uma sociedade inclusiva considera uma pessoa especial com direitos iguais. Deve esclarecer ações em diferentes esferas sociais Quebrar a cultura de preconceito contra os deficientes

De acordo com (MARCKESI, 2004 apud SALOMÃO; SOUZA, 2014, p.4) os bons professores manifestam-se com mais facilidade nas escolas que dispões das condições adequadas para apoiar o esforço de cada profissional e para criar um ambiente de colaboração.

O papel da escola é vital para o desenvolvimento de todos alunos. Ter uma perspectiva inclusiva e preparar professores para trabalhar com alunos com autismo é um começo importante. Relacionado a isso está a estratégia metodológica para buscar interação e desenvolvimento entre as pessoas Os alunos devem ser a meta eterna de uma escola inclusiva.

Coelho (2010) aponta que na escola surgem muitos problemas, questionamentos de docentes, gestores, estudantes e os pais de educandos, entre outros. Todos ficam angustiados por estarem à frente de questões complexas trazidas pela inclusão escolar. Assim, conforme a autora, o espaço dedicado a coordenação pedagógica é o ideal para enfrentar os problemas advindos da inclusão, objetivando as possíveis soluções dos mesmos. [...] planejamentos que possam ser (re) construídos e que sejam resultado de um trabalho de professor regente, do professor de apoio, profissionais da equipe diagnóstica e dos pais [...] a forma de lidar a 14 organização do comportamentos favoráveis ao processo de ensinoaprendizagem [...] (COELHO, 2010, p.69).

Para ela, outro ponto que merece destaque, é o reconhecimento de em contexto educacional inclusivo o desenvolvimento profissional para tal aporte pedagógico é de suma importância, incluindo a formação continuada, para os professores e gestores. O que sugeria um suporte pedagógico que apóie de forma efetiva as demandas da inclusão escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como todos sabemos, no Brasil, a inclusão é um desafio a ser conquistado por diversos fatores, principalmente porque a estrutura organizacional da educação

muitas vezes não atinge os alunos típicos, quanto mais os atípicos. Mas não cabe aqui se declarar "culpado" por essa falha, pois ela deve ser analisada de uma forma específica.

Portanto, professores e profissionais que estão em contato com alunos autistas devem buscar estratégias de ensino todos os dias, alcançá-lo de forma igualitária e acompanhar de perto as necessidades emergentes.

Vale ressaltar que se trata de um trabalho árduo e sem efeito imediato. Nesse sentido, a escola desempenha um papel preponderante, pois na perspectiva da inclusividade, ela tem a função de inserir essas pessoas na sociedade sob a premissa de exercer as condições mínimas necessárias ao seu Direito Cívico se preparar. Sobre as questões básicas da vida.

Enfrente esses confrontos do professor de observação para executar seu O papel é que, levando em consideração o impacto dos fatores relacionados, busquemos pesquisas mais aprofundadas O professor influencia a inclusão de sugestões. Passe em outro estudo sobre o assunto Devido à limitação de tipo, pode ser observado diretamente na aula todos os dias Instrumentos de pesquisa e uso. Eu acredito que através de um entendimento profundo E os problemas simbólicos que os professores comuns podem encontrar. No processo de enfrentar os alunos com autismo, as pessoas podem pensar em métodos mais eficazes supere problemas e busque melhores resultados.

Diante das do que foi relatado acima, há um convite para a busca de dados de pesquisas no futuro. Tendo em conta a prática de professores de turma normal ou professores, Contribuições de novas pesquisas bibliográfica, levando em consideração intervenções específicas trabalhe com alunos com autismo.

Além disso, os professores também recebem uma formação inicial, e normalmente ele não fornece subsídios para lidar com os alunos dentro do escopo. Portanto, por se tratar de uma doença complexa, exige esforço pessoal na busca contínua pelo conhecimento e compreensão de que cada paciente com autismo é único. Portanto, para atender à necessidade de desenvolver o campo, os métodos utilizados serão diversos.

O autismo ainda tem raízes recentes, mas este trabalho busca ser embasado na teoria, refletindo sobre a inclusão dos alunos no espectro e a atitude simples dos professores, o que pode melhorar muito suas funções executivas. Nesse sentido, a escola desempenha um papel preponderante, pois na perspectiva

da inclusividade, tem como pré-requisito empurrar essas pessoas para a sociedade e se preparar para o autogoverno sob a premissa de exercer as condições mínimas necessárias ao seu papel cívico Função. Sobre as questões básicas da vida.

Para que os alunos autistas desenvolvam suas habilidades, isso é É necessária uma estrutura escolar eficaz e deve ser fornecida formação profissional a todos os participantes No processo de educação. Os alunos com autismo têm dificuldade em se adaptar ao mundo Externamente, a escola deve considerar a adequação do ambiente. Não só salas de aula Escola inclusiva, mas inclusiva. Portanto, é necessário que as escolas desenvolvam as seguintes rotinas Situação temporal e espacial como estratégia para adaptar e desenvolver essas estratégias alunos. Vale ressaltar que durante a aplicação do questionário, pode-se perceber que é necessário. Os professores têm a oportunidade de participar de cursos de treinamento e receber apoio dos seguintes Profissionais como psicólogos e neurologistas.

Vale ressaltar que no processo de aprendizagem e pesquisa bibliográfica, é possível perceber que os professores precisam participar de cursos de capacitação e obter apoio de profissionais como psicólogos e neurologistas, pois se considera que a situação não mudou. Especialista na área de autismo. Todos esses descuidos fazem com que os profissionais da educação, principalmente os professores, se sintam mais inseguros com esses defeitos. Diante da demanda levantada, a formação oferecida aos professores ainda é insignificante. Por fim, verifica-se que é necessário ampliar as pesquisas nessa área, com a realização de mais pesquisas, que enfoquem a realidade vivenciada por professores e alunos com autismo no espaço escolar, só assim sua integração escolar poderá ter sucesso.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.> (Acessado em 3 maio 2020).

BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm.> (Acessado em 3 maio 2020).

BRASIL. Decreto Nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. (Acessado em 2 maio 2020).

BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. (Acessado em 3 maio 2020).

BRASIL. Plano Nacional da Educação. Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. (Acessado em 2 maio 2020).

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. (Acessado em 19 maio 2020).

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). Autismo e educação: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

COELHO, Cristina M. Inclusão escolar. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. (Orgs). Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: Editora UnB, 2010. Cap.2, p.55-71.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Gerente, 2009.

MANTOAN, Maria T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

SALOMÃO, Bianca R. Lima de. SOUZA, A. Miranda de. A interlocução entre professores que atendem alunos com deficiência. In: CONGRESSO EMBRANCING INCLUSIVE APPROACHES FOR CHILDREN CHILDREN AND YOUTH WITH SPECIAL NEEDS, 8., 2014, Braga. Anais... Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2014, p.363-367. Disponível em: <<http://webs.ie.uminho.pt/e-book/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

SILVA, A. B. B. Mundo singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVEIRA, F. & Neves, M. (2006). Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: Concepções de pais e professores. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22(1), 79-86.